

PARA A COLOCAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO-ANTROPOLÓGICO DE ROUSSEAU NO SEU VERDADEIRO TRAJETO

*João Gouveia*¹

Introdução

A possibilidade de divisão da filosofia política de Rousseau em duas grandes dimensões: uma que procura explicar qual o estado social ideal e outra que tenta delinear o modelo constitucional ou organizativo mais indicado para uma nação – pode levar-nos a associar o pensamento do filósofo a apenas uma destas vertentes.

Por um lado, a partir da leitura das obras políticas de Rousseau é possível levantar problemas que pressupõem uma visão da sua filosofia política marcada mais fortemente por uma componente antropológica. Assim, estarão em causa questões mais diretamente relacionadas com os processos (quase emocionais) que terão de acontecer na interioridade ou subjetividade dos homens que poderão eventualmente realizar a alienação ao todo referida no momento de realização do pacto social. Por outro lado, existe uma outra possibilidade de análise, que passa por destacar problemas que brotam do desenho organizativo-institucional que Rousseau realiza a partir do livro II de *Du Contrat Social*.

Não negamos, portanto, que possam ser salientadas muitas variações de pensamento em Rousseau, o que, aliás, é normal acontecer relativamente a pensadores que conseguem, através de um esforço para inovar, abrir vias

1 Licenciado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mestrando de Filosofia Política na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
jmaagouveia@hotmail.com

de reflexão até então desconhecidas. No entanto, também acreditamos que deve ser feito um esforço por encarar a obra política de Rousseau como um todo que se propõe responder a uma só questão: a de saber como podem os homens (se é que podem) viver juntos de uma forma que não exija que renunciem ou falsifiquem a sua natureza. Formulando a questão de outra maneira: haverá alguma forma de concebermos um estado civil que não seja encarado como estranho por nenhum dos homens que nele vivem?

Assim, o ponto central que clarificaremos ao longo destas páginas é que Rousseau se baseia na conceção antropológica delineada no *Discours sur L'Origine et les Fondements de L'Inégalité Parmi les Hommes*² para apresentar aquele que considera ser o estado social ideal. Esta orientação de pensamento leva-o a defender a construção de um estado social puramente interior, que depende somente da disponibilidade dos homens para passarem a atender de forma prioritária às qualidades que os caracterizam enquanto membros da espécie humana, e não enquanto o homem x ou y.

Referir-nos-emos então várias vezes a este exercício interior como consistindo no estabelecimento, por parte de cada homem, de uma conexão com as suas qualidades essenciais ou até na sobreposição da dimensão essencial da natureza humana em relação à dimensão não essencial; os homens têm de passar a viver predominantemente de acordo com o que os caracteriza de modo essencial, designadamente, com o seu verdadeiro ser, desconsiderando as qualidades e os desejos que apenas os afastam da sua essência.

Não pretendemos branquear aquela que designámos acima como a segunda dimensão da filosofia política de Rousseau, a saber, o seu modelo político-constitucional ou político-organizativo. Na verdade, é importante averiguar a compatibilidade desta segunda dimensão com a primeira, mas essa tarefa extravasa o âmbito deste ensaio, pelo que terá de ser realizada noutro âmbito³.

2 Respeitaremos, neste ensaio, a grafia presente nas edições consultadas, indicadas na secção Referências Bibliográficas.

3 O máximo que podemos adiantar a este respeito é o seguinte: é de acreditar que o modelo de organização estadual que Rousseau delineia em *Du Contrat Social* não revele a intenção de fornecer um modelo alternativo à construção da comunidade (ou estado social ideal), mas antes a intenção de apresentar uma etapa necessária à verdadeira construção da comunidade. Ou seja, o desenho de um modelo de organização constitucional será justificado pela dúvida acerca da capacidade dos homens para realizarem o exercício de permanente posicionamento sábio em relação ao seu próprio ser sem antes serem incentivados a fazê-lo por instrumentos jurídico-políticos próprios de um Estado munido de um modelo organizacional com alguma complexidade.

Apresentado brevemente o objetivo deste ensaio, passemos a indicar a organização sequencial por que optámos. No primeiro capítulo iremos expor as qualidades humanas que são qualificadas como essenciais por Rousseau e que, nessa medida, podem ser agrupadas num conjunto que consistirá na dimensão essencial da natureza humana. Realizada essa exposição estaremos em condições de, com base nela, partir para uma análise da construção do estado social ideal sugerida por Rousseau, implicando esta análise uma abordagem específica da distinção entre os homens e o estado social ideal que eles próprios terão de construir, tal como da concreta existência objetiva em que esse estado social eventualmente se possa traduzir.

Passemos agora aos esclarecimentos necessários para auxiliar a leitura do presente trabalho. Em primeiro lugar, convém indicar que o termo comunidade será utilizado com um sentido técnico, procurando invocar o modelo de estado social que, na perspectiva de Rousseau, é o ideal, por outras palavras, aquele estado que se encontra mais perfeitamente de acordo com o núcleo indispensável da natureza humana e que terá de ser alcançado precisamente através do estabelecimento de um contacto com esse núcleo.

Em segundo lugar, e não menos importante, temos também de alertar para uma duplicidade de sentidos que, com base em Rousseau, devemos atribuir à noção de aperfeiçoamento (*perfectibilité*). O primeiro sentido encontrar-se-á expresso apenas no primeiro capítulo do presente ensaio, e terá o objetivo de estabelecer uma referência ao processo que Rousseau descreve no *Discours sur L'Origine et les Fondements de L'Inégalité Parmi les Hommes* como sendo um processo de progressivo afastamento do estado natural da humanidade. Tendo em conta a interpretação que faremos da obra, que passará em grande parte por desconstruir o método narrativo de uma história hipotética, de modo a compreender o argumento que esse método encerra, o aperfeiçoamento que está aqui em causa consiste num exercício, levado a cabo pelos homens, de conexão com a dimensão secundária que existe em cada um. Por outras palavras, está em causa a sobreposição das qualidades humanas não essenciais em relação às qualidades humanas essenciais, de modo a manter uma existência em maior acordo com o que é secundário do que com o que nos caracteriza de forma essencial.

Quanto ao segundo sentido que deve ser atribuído à noção de aperfeiçoamento, está em causa um movimento inverso àquele envolvido no primeiro sentido, negativo, que acabámos de assinalar. Este segundo sentido aponta antes para a sobreposição das qualidades essenciais em

relação às qualidades não essenciais da natureza, exercício que é, de resto, aquele através do qual o homem conseguirá assumir uma existência adequada ao seu ser e, desse modo, construir uma comunidade.

Embora Rousseau só utilize expressamente a palavra no primeiro sentido⁴, acreditamos que o segundo sentido também se encontra presente no seu pensamento, algo que fica claro com a compreensão do que se encontra efetivamente em questão na realização do pacto social. Sendo assim, sentimo-nos habilitados a referir estes dois sentidos de aperfeiçoamento, e deixaremos claro pelo contexto a que sentido nos estamos a referir.

1. A dimensão essencial e não essencial da natureza humana

O que transparece da leitura do *Discours* é que nem o homem exclusivamente natural nem o homem exclusivamente aperfeiçoado têm, ou tiveram alguma vez, uma existência real. A análise da natureza humana que Rousseau realiza nesta obra é uma análise organizativa; tem como objetivo organizar as várias qualidades humanas, de forma a esclarecer a importância relativa de cada uma delas.

A descrição do homem natural não nos deve levar a pensar que Rousseau nos procura convencer de que o homem é um ser despojado de qualidades como a inveja, a ambição ou até a sociabilidade. O exercício de despojamento de todos estes elementos mais negativos, de forma a encontrar um ser que possui apenas certas qualidades, tem apenas o objetivo de encontrar o núcleo de qualidades que a história revela serem constantes ao longo de todas as épocas, separando-as das restantes qualidades em que podemos observar uma grande variabilidade⁵, pois em certas épocas manifestam-se de maneira diferente do que noutras, e em certos homens são mais evidentes do que noutros. As primeiras qualidades podem ser agrupadas no núcleo de qualidades indispensáveis ou essenciais do homem, que o caracterizam de modo essencial, aproximando todos os membros do género⁶, e as segundas no núcleo de qualidades não essenciais

4 Embora isso perpassa da leitura de toda a obra, a palavra surge expressamente em J.-J. Rousseau, *Discours sur L'Origine ...*, p. 142 (doravante: *Discours*).

5 Neste sentido, também Neuhouser destaca o facto de a pureza da natureza humana não se revelar abertamente na realidade; F. Neuhouser, *Rousseau's Critique of Inequality ...*, p. 36.

6 São essencialmente as seguintes: a liberdade, a capacidade de aperfeiçoamento, a compaixão, a piedade e a prioridade do instinto. Na terminologia utilizada por Neuhouser, os “building blocks” da realidade humana; op. cit., p. 36.

ou de importância secundária, que, assumindo uma força diferente em cada homem, são as responsáveis pelas diferenças de caracteres e pelo afastamento de cada homem em relação aos outros membros do gênero⁷.

Todas estas qualidades têm lugar no homem, mas a especificidade do primeiro grupo de qualidades é não ser modificável, embora possa ser de tal forma ocultado pelas qualidades não essenciais que se torne aparentemente ausente. Esta especificidade é de grande importância, pois como só um exercício prioritário das qualidades do primeiro grupo poderá levar os homens a viverem de acordo com a sua essência, um estado social que estimule o seu exercício constante será o mais adequado aos seres humanos.

Rousseau não sustenta que a natureza do homem possa ser compreendida somente com uma análise das suas qualidades essenciais. Na verdade, as qualidades não essenciais serão igualmente importantes para essa compreensão. Perante isto, a melhor forma de receber o pensamento de Rousseau passará por distinguir, no homem, duas componentes, a do indivíduo e a do cidadão; enquanto o primeiro se preocupa essencialmente com a sua conservação enquanto ser individual, distinto de todos os outros seres individuais⁸, o segundo pensa em termos mais alargados e está disposto a negar os seus instintos mais egoístas (instintos esses que caracterizam a sua dimensão de indivíduo) em função da preservação da vida comunitária e das relações de cidadania que a constituem.

Estas duas componentes sempre subsistirão certamente em cada um, e é precisamente essa subsistência que faz de cada um de nós uma pessoa, independentemente das variedades de combinações que possa haver entre elas, pois uns responderão com maior cuidado às reivindicações da sua dimensão egoísta, descurando as exigências do seu lado comunitário,

7 Nas palavras de Augusto Machado: “vai ser neste jogo processual entre o originário e o artificial que Jean-Jacques descortinará a verdadeira essência do ser, ou seja, a sua natureza”; F. A. Machado, *Rousseau em Portugal*, p. 66.

8 O indivíduo apenas nasce com o aperfeiçoamento (negativo) do homem. No estado originário, a procura de satisfação das necessidades, embora desencadeada por cada um, é desencadeada por seres que atendem às ordens da Natureza, como quem obedece a uma entidade superior. Só com o aperfeiçoamento (no sentido negativo) das suas capacidades (tais como aprender a encontrar comida de maneira mais eficaz) é que o homem vai tomando consciência de si enquanto ser individual, distinto dos outros. Nas palavras de Rousseau, depois de descrever o processo de sobreposição e dominação dos outros animais pelo homem: “c’est ainsi que le premier regard qu’il porta sur lui-même, y produisit le premier mouvement d’orgueil; c’est ainsi que sachant encore à peine distinguer les rangs, et se contemplant au premier par son espèce, il se préparoit de loin à y prétendre par son individu”; J.-J. Rousseau, *Discours*, p. 166.

enquanto outros, pelo contrário, tenderão a descurar as reivindicações que brotam de si enquanto ser individual para atender às exigências do seu sentido social⁹. O homem é, portanto, uma unidade bipolarizada que se sustenta e se desenvolve a si própria através de um permanente diálogo entre as suas duas dimensões opostas; precisamente devido a essa oposição, mais facilmente compreenderemos o que está aqui em causa através da ideia de confronto¹⁰ do que através da ideia de diálogo, dado que haverá uma luta do sentido de sociabilidade com os instintos mais egoístas, luta esta que cada adversário procura vencer, subjugando o outro. A vitória de um dos lados implica que toda a unidade (o homem) seja conduzida por um determinado caminho, em detrimento de todos os outros caminhos possíveis.

Mas este confronto dá-se permanentemente no homem; é por ter sempre a brotar em si solicitações opostas de resposta a interesses privados e interesses da coletividade, e, portanto, por haver uma permanente necessidade de resposta a tais solicitações que seja fornecida na forma de uma opção por certos interesses em detrimento de outros interesses, é devido a esta situação factual que cada homem acaba por estar condenado ou a aprofundar a coesão social, ou a inverter o caminho que possa eventualmente ter sido realizado nessa direção.

9 Cassirer entende que Rousseau terá rejeitado derivar a sociedade de um instinto social que seja parte constitutiva do equipamento humano original; E. Cassirer, *The Question of ...*, p. 101. Assim, importa esclarecer que com a referência a um sentido social pretendemos dar conta somente da capacidade que os homens terão para se comprometerem com uma vida social que não tem como objetivo principal a satisfação dos seus desejos individuais. Poderemos dizer que se trata da capacidade principal do cidadão (que constitui o homem enquanto cidadão). No fundo, o que está em causa é a capacidade para nos conectarmos com a nossa dimensão essencial, e ela constitui um ponto de tal modo relevante no pensamento de Rousseau, que se não for bem fundamentado pode levantar dúvidas tanto sobre as ideias políticas expostas em *Du Contrat Social* como sobre as posições antropológicas do *Discours*. Assim, embora não seja uma das qualidades que são claramente expressas no *Discours* como pertencendo à dimensão essencial do homem, acaba por ter de ser uma qualidade que todos os homens possuem, caso contrário o estado social ideal (que é precisamente construído eticamente, através de um reconhecimento que o homem faz da sua essência e do início de uma atuação de acordo com essa essência) não seria possível.

10 Este confronto é deixado claro pelo próprio Rousseau no *Manuscrit de Genève*, da seguinte maneira: “dit l’homme indépendant que le sage étouffe; «mais il faut que je sois malheureux, ou que je fasse le malheur des autres, et personne ne m’est plus cher que moi»”; J.-J. Rousseau, *Du Contrat Social ou Essai ...*, pp. 284-285.

2. A secundarização da existência individual

A verdadeira fundação da comunidade apenas poderá acontecer quando cada homem que nela se venha a integrar conseguir operar uma modificação interior que passará pela compreensão de que, para ser verdadeiramente membro de uma coletividade, terá de deixar de alimentar esperanças de poder vir a alcançar cada vez maiores benefícios individuais; esses tipos de satisfação, mesmo que possam ser alcançáveis em contextos sociais e devido a esses mesmos contextos, são, na verdade, antissociais e, portanto, não poderão constituir evidências de qualquer integração num estado social legítimo.

A tónica terá de ser colocada na disponibilidade para aceitar um novo tipo de satisfação que, embora experienciado por cada cidadão na sua subjetividade, não assumirá a intensidade que assume a satisfação propriamente individual, pois a sua causa é apenas a simples existência ou manutenção da vida social, que aqui entendemos como aquilo a que nos podemos referir como a abertura a um contentamento que advém da simples pertença a um todo maior do que a nossa individualidade. Ao trabalharem para o bem da comunidade e nunca para o seu bem individual, em detrimento do bem da comunidade, os homens estariam a reproduzir as suas capacidades essenciais de contribuir para que as suas características negativas se mantenham adormecidas e não adquiram força¹¹. Na medida em que a comunidade apenas nasce e se mantém com a manutenção de uma atividade de secundarização das componentes mais egoístas dos homens, percebemos não só que há uma relação umbilical entre a comunidade e os homens que lhe dão origem, mas que essa relação umbilical se traduz no facto de a comunidade, em si mesma, não consistir em nenhuma estrutura politicamente organizada¹².

11 Como diz Rousseau numa frase significativa de *Constitution pour la Corse*: “il faut fonder la liberté d’un peuple sur sa manière d’être et non pas sur ses passions. Car les passions sont passagères et changent d’objet”; J.-J. Rousseau, *Constitution pour...*, p. 946. Mesmo que, ao utilizar a expressão “manière d’être”, Rousseau tivesse em mente o carácter específico de cada povo, parece evidente, pela contraposição que é feita com as paixões inconstantes, que quer apontar para algo mais essencial na natureza humana (algo cuja permanência indiciasse que seria uma base sólida para suportar a construção de um estado social).

12 Entre outras, vejam-se as referências ao Estado como “corps moral” e como “personne morale”; respectivamente em J.-J. Rousseau, *Du Contrat Social*, I, VI, p. 361 e I, VII, p. 363.

A comunidade não será uma entidade autónoma em relação aos homens singulares considerados enquanto unidades compostas por uma dimensão individual sobreposta a uma dimensão comunitária, pois nesse caso estará ainda ausente o esforço responsável pela criação da comunidade. Terá então sentido encará-la como entidade diferente dos homens enquanto unidades compostas por uma dimensão comunitária sobreposta a uma dimensão individualista? Tendo em conta que a comunidade, em si mesma, nunca poderá consistir em qualquer tipo de estrutura política, e tendo também em conta que não a poderemos considerar uma unidade formada por uma dimensão comunitária sobreposta a uma dimensão individualista, pois nesse caso ela seria o próprio homem enquanto produtor do esforço moral, a resposta apenas poderá ser afirmativa se a considerarmos como a própria dimensão comunitária, que existirá em cada homem, não na união com a dimensão individualista que também existe em cada um deles, mas autonomizada, considerada em si mesma.

Como nenhum homem poderá extinguir por completo as suas componentes mais egoístas, apenas poderemos conceder uma existência meramente fictícia à comunidade assim considerada; ela será o homem puro, despido de todos os elementos antissociais e originado pelo esforço de atuação moral exercido pelos homens reais no seu íntimo.

A vontade geral não é a vontade de uma pessoa independente dos homens que vivem em comunidade, mas a vontade de uma pessoa diferente dos indivíduos que se encontram adormecidos ou controlados nos homens que vivem em comunidade. Seguindo sempre o seu princípio de que um estado social só pode ser legítimo se se encontrar em harmonia com os aspetos essenciais da natureza humana, Rousseau terá sentido necessidade de desenvolver o conceito de vontade geral para retratar aquele que seria o poder volitivo do cidadão (do homem enquanto considerado exclusivamente na sua dimensão comunitária, isto é, o homem puro).

O homem tem de assumir controlo sobre si mesmo, o que só acontecerá se, desde logo, tomar consciência da sua natureza bipolarizada; ele tem, na verdade, de colocar todo o seu ser sobre as componentes que o caracterizam enquanto membro do género, de modo a poder combater a influência das componentes que o caracterizam enquanto indivíduo.

No entanto, o que Rousseau acaba por conceber na sequência deste combate à individualidade, é o nascimento de uma entidade autónoma, purificada dos elementos negativos da natureza humana, que, embora não tenha uma existência espaço-temporal como todos os homens têm, assumiria a sua presença e far-se-ia sentir enquanto unidade produtora de

um sentido próprio, desde que os homens que lhe dão origem mantenham o combate às suas dimensões individuais. Ao teorizar uma comunidade munida de uma vontade geral, diferente da vontade dos indivíduos que a ela se terão de sujeitar a partir do momento em que a criam, Rousseau dá-nos conta de uma autonomização inexplicável daquilo que naturalmente não é autónomo. Para que a comunidade se possa constituir enquanto entidade autónoma, terá de haver um desprendimento da dimensão mais positiva dos homens dos limites da individualidade, que a obrigavam a manter-se permanentemente conectada com a dimensão acessória do homem em estado de dependência, muito embora este processo de criação não possa ser claramente compreendido¹³.

Quando Rousseau nos diz, no cap. III do livro II de *Du Contrat Social*, que se cada cidadão deliberasse isoladamente, todas as deliberações singulares contribuiriam para se alcançar a vontade geral, pretende transmitir que essa vontade é alcançável por cada homem no seu íntimo, pois quando delibera sozinho, sem a influência de fatores exteriores, principalmente sem a influência de vontades de grupos parciais dentro do Estado, que apenas servem para aliciar os seus instintos individuais, é capaz de se assumir julgador da sua própria natureza, distinguindo entre a sua vontade de cidadão, que ordena o que é bom para a espécie, e os seus desejos individuais, que ordenam condutas que podem ser prejudiciais

13 O que há de mais essencial no homem é o que o aproxima de todos os membros da espécie, não o que o faz apegar-se cada vez mais à sua individualidade; um apego cada vez maior à individualidade é um afastamento cada vez maior da espécie. As necessidades que os homens sentem enquanto membros da espécie não os levam a entrar em conflitos uns com os outros: “l’homme sauvage, privé de toute sorte de lumières, n’éprouve que les Passions de cette dernière espèce; ses de sirs ne passent pas ses besoins physiques; les seuls biens qu’il connaisse dans l’univers, sont la nourriture, une femme, et le repos; les seuls maux qu’il craigne, sont la douleur, et la faim”; Rousseau, *Discours*, p. 143. É toda a complexidade emocional que, estimulada pelo contexto social, origina conflitos, porque quanto mais são as paixões e os ímpetos individualistas, maior é a tendência para o esquecimento da piedade que, temperando a necessidade de prover à própria conservação, faz com que os comportamentos mais naturais dos homens sejam guiados pela máxima “fais ton bien avec le moindre mal d’autrui qu’il est possible”, *ibid.* p. 156. O ideal de cidadania apresentado no cap. I do livro IV não é senão o ideal do homem que consegue afastar todas as suas componentes secundárias e manter o seu ser concentrado na sua dimensão essencial. O cidadão ideal vive em si próprio, concebendo-se como membro do seu gênero, enquanto o homem civilizado do *Discours*, por sentir que a sua essência repousa na sua individualidade, acaba por necessitar da sociedade apenas para manter esse sentimento e alimentá-lo ainda mais e, portanto, acaba por viver mais do que é estranho ou exterior à sua essência do que propriamente dela mesma.

para a espécie logo no curto prazo e que são certamente prejudiciais no longo prazo¹⁴.

O que não é explicado é como podemos conceber essa vontade como tendo uma existência autónoma, como integrando um ser independente; não devemos considerar que estamos perante um mero fingimento inconsequente, pois nesse caso seria inútil referi-lo e dar-lhe tanta relevância. Rousseau deverá ter considerado que a existência autónoma da comunidade, embora ficcionada, teria influência na manutenção da vida social adequada, mas é muito difícil de compreender que tipo de influência poderá ser essa, desde logo porque a manutenção da vida social é realizada pela própria atuação dos homens concretos. Como poderemos compreender que o produto ajude a manter a ação que é, na verdade, responsável pela sua própria criação? Estaremos perante uma relação de mútua sustentação, em que a atuação dos homens dá lugar a uma entidade enigmática – a comunidade – que exerce algum tipo de influência sobre eles com a finalidade de que deem continuação a essa mesma atuação que esteve na origem de todo o processo?

A existência autónoma que Rousseau terá pensado para a comunidade revela uma tentativa de responder à necessidade de auxiliar os homens na actuação em conformidade com a sua essência. Mas principalmente devido à dificuldade de explicar em que medida a comunidade poderia assumir uma existência autónoma, e também tendo em conta que, cessando os exercícios de secundarização dos interesses individuais, cessará também qualquer hipótese de conceber uma comunidade, este início de solução é difícil de aceitar como uma boa.

14 Para a confirmação da vontade geral como a essência da natureza humana autonomizada em relação à ligação com as componentes não essenciais, veja-se a passagem em que Rousseau pondera se, numa situação em que o elo social começasse a enfraquecer, designadamente quando os homens comesçassem a procurar o seu bem individual e no Estado promulgassem decretos com o objetivo de prosseguir interesses particulares, a vontade geral seria anulada. A resposta é a seguinte: “non, elle est toujours constante, inaltérable et pure; mais elle est subordonnée à d’autres qui l’emportent sur elle”; *Du Contrat Social*, IV, I, p. 438. Expressando a vontade geral a verdadeira essência do homem, ela não pode ser destruída; quando tal vontade já não se fizer ouvir, os homens terão relegado as suas componentes essenciais para segundo plano (à semelhança do que terá acontecido ao longo da história, de acordo com o que Rousseau nos transmite no *Discours*). Outra passagem importante é seguinte: “toutes les institutions qui mettent l’homme en contradiction avec lui-même ne valent rien”; *ibid.*, IV, VIII, p. 464; tais instituições não serão pautadas pelas qualidades essenciais dos homens, de modo que, fixando-os nas suas componentes não essenciais, obrigam-nos a colocarmos em contradição com o que neles é essencial.

Para se poder dar existência autônoma a algo que a Natureza apenas criou dependente das componentes negativas da natureza humana, seria necessário que os próprios homens fizessem um esforço contínuo de separação das duas componentes que constituem o seu ser e que eles sentem no seu íntimo como não separadas. Ou seja, no fundo, não há nada mais que possa ajudar o homem do que o próprio homem, pois a própria comunidade é uma parte dele que apenas pode ter existência autônoma se ele conseguir realizar essa autonomização; a ajuda não pode vir da própria comunidade porque ela nunca se encontra criada definitivamente como sujeito autônomo.

Apenas podemos dar conta de um contínuo processo de autonomização da componente essencial dos homens em relação à união com a componente não essencial, e, como os responsáveis por tal processo são os próprios homens, compreende-se que não possam ser ajudados por algo que nunca conseguem criar em definitivo, por algo que, afinal, não é inteiramente autônomo, mas apenas uma parte deles mesmos.

Conclusão: um estado social em íntima concordância com a dimensão essencial da natureza humana

Formulada em termos gerais, a questão central que perpassa todo o *Du Contrat Social* é a de saber como poderá ser construído um estado social que não seja uma mera estrutura organizativa com funções de agregação e coordenação de toda a multiplicidade de vontades individuais que aparentam não poder existir se não for em confronto umas com as outras¹⁵.

A questão central que há que colocar a este respeito é, portanto, a seguinte: em que medida podemos considerar que a comunidade possua uma existência independente dos homens singulares, sendo munida de uma vontade independente das vontades individuais? Apenas terá sentido admitir essa existência, como sendo uma existência independente da dos homens enquanto seres individuais. Todas as qualidades qualificadas

15 Podemos ver que se trata de uma questão com a qual Rousseau já se debatia no *Discours*: “J’aurais voulu naître dans un pays où le Souverain et le Peuple ne pussent avoir qu’un seul et même intérêt, afin que tous les mouvements de la machine ne tendissent jamais qu’au bonheur commun”, “j’aurais donc voulu que personne dans l’Etat n’eût pu se dire au-dessus de la loi, et que personne au-dehors n’en pût imposer que l’Etat fût obligé de reconnaître”; *Discours*, p. 112.

por Rousseau como não essenciais e que constituem a dimensão da individualidade, na medida em que levam os homens a terem ambições e desejos diferentes uns dos outros, não podem identificar-se com a vontade geral, antes terão de ser encaradas como sendo-lhe diretamente opostas e como impedindo a sua manifestação.

Mas poderemos considerar a comunidade e a sua vontade como independentes da dimensão essencial dos homens? Haverá, de facto, uma nova entidade a ser introduzida por Rousseau, para além daquelas já destacadas, o homem enquanto ser individual e o homem enquanto membro do género humano? Tendo em conta que os homens criam a comunidade ao assumirem uma postura que os leva a atender de forma prioritária às suas qualidades essenciais e ao procurarem a satisfação das ambições que têm enquanto membros da espécie, ambições estas que passarão pela realização de projetos que têm em vista o bem da coletividade, podemos pensar numa eventual atribuição de existência a um novo ente que é, na verdade, a própria essência humana libertada da ligação em que naturalmente se encontra com as componentes não essenciais. Precisamente por adquirir esse tipo de existência peculiar, a comunidade conseguiria então exercer uma influência sobre todos os homens que lhe terão dado origem, no sentido de estes continuarem a dar prioridade aos elementos que os aproximam uns dos outros. No entanto, fica por explicar em que se traduz exatamente, no plano objetivo ou concreto da vida social, essa existência peculiar e como é que ela pode ser criada através de uma constante atuação de acordo com as qualidades essenciais da natureza humana.

Para terminar, convém recordar que a eventual existência objetiva da comunidade que discutimos, não é aqui equiparada por nós ao modelo de Estado organizativo-constitucional também desenhado em *Du Contrat Social*. O problema que nos acompanhou ao longo destas páginas foi precisamente o de, mantendo a distinção entre este modelo organizativo e o modelo de estado social ideal, fundado diretamente na natureza humana, averiguar que possível existência objetiva poderá ter o estado social ideal ou a comunidade, isto é, averiguar que tipo de materialização no mundo objetivo poderá ter, por si só, tal estado.

Especificamente a respeito do modelo de organização estadual apresentado a partir do livro II de *Du Contrat Social*, podemos apenas deixar a sugestão de que a atitude de Rousseau de se lançar em investigações de carácter organizativo-constitucional seja acompanhada de um esforço por manter a relação entre tal modelo e a comunidade que analisámos aqui, nomeadamente com a preocupação de provar a exequibilidade desta última. Mas estas são apenas sugestões para aquela que seria uma abordagem do pensamento político de Rousseau que, embora se inserindo

na continuação daquela que aqui empreendemos, inauguraria uma nova série de questões que mereceriam ser analisadas pelo menos com a atenção com que procurámos analisar aquelas que deixámos que brotassem neste contexto que agora encerramos.

Referências Bibliográficas

- Cassirer, Ernst, *The Question of Jean-Jacques Rousseau*, trad. por Peter Gay, New York, Columbia University Press, 1954.
- Machado, Fernando Augusto, *Rousseau em Portugal – Da clandestinidade setecentista à legalidade vintista*, Campo das Letras, 2000.
- Neuhouser, Frederick, *Rousseau's Critique of Inequality - Reconstructing the Second Discourse*, Cambridge University Press, 2014.
- Rousseau, Jean-Jacques, *Discours sur L'Origine et les Fondements de L'Inégalité Parmi les Hommes. Par Jean Jacques Rousseau, citoyen de Genève*, in *Œuvres Complètes* III, Bernard Gagnebin e Marcel Raymond (ed.), Gallimard, 1964, pp.109 e ss.
- *Du Contrat Social; ou Principes du Droit Politique. Par J. J. Rousseau, citoyen de Genève*, in *Œuvres Complètes* III, Bernard Gagnebin e Marcel Raymond (ed.), Gallimard, 1964, pp.347 e ss.
- *Constitution pour la Corse*, in *Œuvres Complètes* III, Bernard Gagnebin e Marcel Raymond (ed.), Gallimard, pp.899 e ss, 1964.
- *Du Contrat Social ou Essai sur la Forme de la République (Première Version)*, in *Œuvres Complètes* III, Bernard Gagnebin e Marcel Raymond (ed.), Gallimard, pp.279 e ss, 1964.

ABSTRACT

The major goal of Rousseau's *Discours sur L'Origine et les Fondements de L'Inégalité Parmi les Hommes* is the distinction between primary and secondary qualities of human nature, the former being the most representative of the human species and the latter those that cause variations between individuals. Having this distinction as a basic tool, Rousseau searches, in his political works, for a foundation of a social condition in conformity to those essential qualities. Therefore, it's important to understand how human beings can keep under control the less beneficial characteristics of their nature, that is, the ones that may lead to endless conflicts when stimulated. Having in mind that the community is founded by a permanent exercise of giving priority to the essential qualities of human nature over the secondary ones, we shall also understand whether Rousseau's community is meant to have an organizational structure, distinct from the existence of particular human beings.

Keywords: Rousseau – *Discours* – essential qualities – secondary qualities – human nature – community

RESUMO

O grande objetivo do *Discours sur L'Origine et les Fondements de L'Inégalité Parmi les Hommes* de Rousseau é a distinção entre qualidades essenciais e qualidades não essenciais da natureza humana, sendo as primeiras as mais representativas do gênero humano e estas as responsáveis pelas variações entre os indivíduos. Com base nesta distinção, o filósofo procura, ao longo das suas obras políticas, a fundamentação de um estado social que se encontre em harmonia com as qualidades essenciais dos homens. Importa, portanto, compreender como podem os homens controlar as características menos positivas da natureza humana, que quando fortalecidas podem conduzir a uma situação de irreversível conflito. Sendo a comunidade fundada por um exercício de permanente sobreposição das qualidades essenciais dos homens em relação às não-essenciais, importa também questionar em que medida terá essa comunidade algum tipo de estrutura organizativa, distinta da existência das pessoas singulares.

Palavras-chave: Rousseau – *Discours* – qualidades essenciais – qualidades secundárias – natureza humana – comunidade